Objetiva CONCURSOS

Concurso Público

Candói/PR

Fiscal Fazendário

Caderno de questões • Instruções Gerais

- Confira devidamente o material (CARTÃO DE RESPOSTAS e CADERNO DE QUESTÕES); se houver falha, solicite a substituição ao fiscal.
- Este caderno de questões está assim constituído:

DISCIPLINAS	Nº QUESTÕES
Legislação Pública	10
Conhecimentos Específicos	30
Total de questões	**40**

- Após conferir seus dados no cartão de respostas (NOME, Nº da INSCRIÇÃO e CARGO), assine no local indicado.
- O CARTÃO DE RESPOSTAS é o único documento de correção, devendo ser preenchido com bastante atenção, à caneta esferográfica, azul ou preta, ponta grossa, marcando uma única alternativa em cada questão. Verifique no cartão de respostas as instruções para preenchimento. Não rasure, não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha. É vedada a substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS decorrente de erro cometido por candidato.
- Se o CARTÃO DE RESPOSTAS contiver maior número de alternativas e/ou de questões, preencha apenas as correspondentes à sua prova; as demais ficam em branco.
- Durante a realização da prova, não é permitida a comunicação entre candidatos nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- O tempo de duração da prova objetiva será de **até 03 (três) horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- Em todas as questões de legislação desta prova (se houver), serão consideradas as emendas e/ou alterações da legislação com entrada em vigor até a data do início das inscrições.
- Na prova de Português será exigida a norma ortográfica atualmente em vigor.
- Ao final dos trabalhos, **DEVOLVA** ao Fiscal da sala, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente preenchido e assinado, o CADERNO DE QUESTÕES, tendo em vista a obrigatoriedade de arquivo no Município.
- A parte destacável no final desta capa, que serve para copiar as suas respostas, somente poderá ser destacada no ato da entrega do material na mesa do fiscal.
- Os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, após concluído.

Direitos autorais reservados à Objetiva Concursos Ltda. Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.

Boa Prova!

Seriedade e ética: nós acreditamos nesses valores.

Nome do(a) Candidato(a)

Nº de inscrição

✂ Esta parte destacável serve para copiar as suas respostas, somente poderá ser destacada no ato da entrega do material na mesa do fiscal.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Objetiva CONCURSOS

Seriedade e ética: nós acreditamos nesses valores.

LEGISLAÇÃO PÚBLICA

1) Considerando-se a Constituição Federal, sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, assinalar a alternativa INCORRETA:

a) Licença-paternidade, nos termos fixados em Lei.
b) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
c) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
d) Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
e) Remuneração do trabalho noturno inferior à do diurno.

---

2) Considerando-se a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de _____, e do Congresso Nacional, por Lei Complementar.

a) emenda constitucional
b) plebiscito
c) abaixo-assinado
d) referendo
e) audiência pública

---

3) Segundo a Constituição Federal, um Município com até 15 mil habitantes deve ter quantos vereadores, no máximo?

a) Sete.
b) Onze.
c) Nove.
d) Quinze.
e) Treze.

4) Considerando-se a Lei Orgânica do Município, analisar a sentença abaixo:

As contas do Município ficarão à disposição de qualquer contribuinte, durante trinta dias, a partir de 15 de janeiro de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso público (1ª parte). *A consulta às contas municipais poderão ser feitas por qualquer cidadão, independentemente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade* (2ª parte). *Durante o período referido nesta Lei, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito, respectivamente, designarão servidores habilitados para, em audiências públicas, prestarem esclarecimentos a respeito do assunto* (3ª parte).

A sentença está:

a) Correta somente em sua 1ª parte.
b) Correta somente em sua 2ª parte.
c) Correta somente em sua 3ª parte.
d) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
e) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.

---

5) Considerando-se a Lei Orgânica do Município, analisar a sentença abaixo:

Os vereadores serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, e sobre as pessoas que lhe confiarem ou deles receberem informações (1ª parte). *É vedado ao vereador aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta ou Funcional, sem exceções* (2ª parte). *É vedado ao vereador, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo* (3ª parte).

A sentença está:

a) Correta somente em sua 1ª parte.
b) Correta somente em sua 2ª parte.
c) Correta somente em sua 3ª parte.
d) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
e) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.

6) Considerando-se a Lei Orgânica do Município, sobre as competências privativas do Prefeito, analisar os itens abaixo:

I. Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
II. Publicar, até 30 dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária.
III. Decretar calamidade pública quando ocorrerem fatos que a justifiquem.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Todos os itens.
b) Nenhum dos itens.
c) Somente os itens I e II.
d) Somente os itens I e III.
e) Somente os itens II e III.

---

7) Considerando-se o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, assinalar a alternativa CORRETA:

a) A nomeação far-se-á em caráter efetivo para cargos de confiança vagos.
b) A nomeação de cargos em comissão destina-se apenas para atribuições de direção, chefia e assessoramento.
c) A nomeação em caráter efetivo é de livre nomeação e exoneração.
d) As atribuições de direção, chefia e assessoramento devem ser desempenhadas exclusivamente por nomeados efetivos.
e) A nomeação far-se-á em comissão quando decorrente da aprovação em concurso público.

---

8) Considerando-se o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, analisar os itens abaixo:

I. Reversão é o retorno do inativo ao serviço.
II. A reversão far-se-á de ofício ou a pedido, de preferência no mesmo cargo.
III. Para que a reversão possa efetivar-se, o aposentado deve ter mais de 60 anos.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens II e III.
d) Nenhum dos itens.
e) Todos os itens.

9) Considerando-se o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, sobre a exoneração, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou por ofício.
( ) A exoneração de ofício dar-se-á quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.
( ) A exoneração de cargo em comissão dar-se-á, exclusivamente, a pedido do próprio servidor.

a) C - E - E.
b) E - C - E.
c) C - E - C.
d) E - E - C.
e) C - C - E.

---

10) De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, são deveres do servidor, entre outros:

I. Quando estiver diante de duas opções, escolher sempre a melhor e mais vantajosa para o bem da Administração Pública.
II. Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.
III. Facilitar a fiscalização de todos os atos e os serviços por quem de direito.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente os itens I e II.
b) Somente os itens I e III.
c) Somente os itens II e III.
d) Todos os itens.
e) Nenhum dos itens.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) Segundo o Decreto nº 70.235/1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Salvo disposição em contrário, o servidor executará os atos processuais no prazo de _____ dias.

a) cinco
b) oito
c) dez
d) quinze
e) vinte

---

12) Segundo a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos _____ anos, da projeção para os _____ seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

a) três - dois
b) dois - três
c) quatro - três
d) três - quatro
e) dois - quatro

---

13) Em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período:

a) Superior a um exercício.
b) Inferior a dois exercícios.
c) Superior a dois exercícios.
d) Entre um e dois exercícios.
e) Entre um e três exercícios.

14) Em conformidade com a Lei Complementar nº 116/2003, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador. São exemplos de prestação de serviço:

I. Advocacia.
II. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
III. Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
IV. Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item III.
b) Somente os itens I e II.
c) Somente os itens III e IV.
d) Somente os itens I, II e III.
e) Todos os itens.

---

15) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a dívida flutuante compreende:

I. Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
II. A dívida ativa.
III. Os depósitos.
IV. Os débitos de tesouraria.
V. As dívidas contratuais.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item IV.
b) Somente os itens I e II.
c) Somente os itens I, III e IV.
d) Somente os itens II, III e V.
e) Somente os itens III, IV e V.

---

16) Considerando-se a Lei nº 4.320/1964 - Normas Gerais de Direito Financeiro, não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem:

I. Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando aprovada, nesse ponto a inexatidão da proposta.
II. Conceder dotação para o início da obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.
III. Às despesas nele legalmente empenhadas.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item I.
b) Somente o item II.
c) Somente o item III.
d) Somente os itens I e II.
e) Todos os itens.

17) Considerando-se a Lei nº 4.320/1964, de acordo com a classificação econômica da receita apresentada no Art. 11º da referida Lei de Orçamento, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(1) Receitas Correntes.
(2) Receitas de Capital.

( ) Receita Agropecuária.
( ) Receita Tributária.
( ) Receita Industrial.
( ) Alienação de Bens.

a) 2 - 2 - 1 - 1.
b) 1 - 2 - 2 - 2.
c) 1 - 1 - 1 - 2.
d) 2 - 1 - 2 - 1.
e) 1 - 2 - 1 - 2.

---

18) Em conformidade com a Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional, quanto ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, analisar a sentença abaixo:

A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis (1ª parte). *A incidência do imposto depende da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção* (2ª parte). *Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo* (3ª parte).

A sentença está:

a) Totalmente correta.
b) Correta somente em sua 3ª parte.
c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
d) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
e) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.

---

19) Em conformidade com a Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional, quanto ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE:

A base de cálculo do imposto é: quanto às operações de _____, o montante da obrigação, compreendendo o principal e os juros; quanto às operações de _____, o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição; quanto às operações de _____, o montante do prêmio.

a) câmbio - seguro - crédito
b) crédito - câmbio - seguro
c) seguro - crédito - câmbio
d) câmbio - crédito - seguro
e) crédito - seguro - câmbio

20) Em conformidade com a Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional, quanto ao imposto sobre serviços de transportes e comunicações, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
( ) Contribuinte do imposto é o prestador do serviço.
( ) O imposto, de competência da União, sobre serviços de transportes e comunicações tem como fato gerador: a prestação do serviço de transporte, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores, salvo quando o trajeto se contenha inteiramente no território de um mesmo Município; e a prestação do serviço de comunicações, assim se entendendo a transmissão e o recebimento, por qualquer processo, de mensagens escritas, faladas ou visuais, salvo quando os pontos de transmissão e de recebimento se situem no território de um mesmo Município e a mensagem em curso não possa ser captada fora desse território.

a) C - C - E.
b) C - C - C.
c) E - E - C.
d) E - C - E.
e) C - E - C.

---

21) Segundo a Lei nº 8.137/1990, constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I. Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
II. Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
III. Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item III.
b) Somente os itens I e II.
c) Somente os itens I e III.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

---

22) Segundo a Lei nº 8.137/1990, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

_____ poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos nesta lei, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

a) Qualquer pessoa
b) Apenas um juiz
c) Apenas um advogado
d) Somente a pessoa jurídica
e) Nenhuma pessoa

23) Segundo a Lei nº 8.137/1990, patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público constitui crime funcional contra a ordem tributária e tem como pena:

a) Apenas multa.
b) Detenção e multa.
c) Detenção de seis meses a dois anos.
d) Reclusão de um a quatro anos e multa.
e) Reclusão de dois a cinco anos e multa.

---

24) De acordo com a Lei nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos.
( ) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
( ) No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

a) E - C - C.
b) C - E - C.
c) C - C - C.
d) C - C - E.
e) C - E - E.

---

25) Segundo a Lei nº 8.429/1992 - Lei de Improbidade Administrativa, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
II. Negar publicidade aos atos oficiais.
III. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item III.
b) Somente os itens I e II.
c) Somente os itens I e III.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

26) Em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informações, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como:

I. Ultrassecreta.
II. Secreta.
III. Reservada.
IV. Discreta.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Nenhum dos itens.
b) Somente os itens I e IV.
c) Somente os itens II e III.
d) Somente os itens I, II e III.
e) Todos os itens.

---

27) Assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em _____, contados da data de sua constituição definitiva.

a) 12 meses
b) 24 meses
c) 5 anos
d) 10 anos
e) 20 anos

---

28) Relativamente às disposições tributárias deste Município, analisar os itens abaixo:

I. A anistia é uma forma de exclusão do crédito tributário.
II. A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.
III. Toda a ação ou omissão contrária às disposições das leis tributárias é considerada infração, sendo a sonegação considerada agravante da infração.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item III.
b) Somente os itens I e II.
c) Somente os itens I e III.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

29) O órgão administrativo colegiado, com autonomia decisória e com a incumbência de julgar, em segunda instância, os recursos voluntários referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa de primeira instância, é o(a):

a) Fisco Municipal.
b) Conselho de Contribuintes do Município de Candói.
c) Controle Interno do Município de Candói.
d) Comissão de Fiscalização Municipal.
e) Secretaria de Administração e Finanças do Município de Candói.

---

30) De acordo com DI PIETRO, o princípio da indisponibilidade do interesse público constitui:

a) Uma restrição à liberdade administrativa na escolha do contratante.
b) Liberalidade do ato administrativo quando da elaboração de um contrato.
c) Um princípio que salvaguarda a diferença entre a administração e o administrado.
d) Uma restrição ao contratado, que deve obedecer às regras da Administração.
e) A adjudicação compulsória dos contratos administrativos.

---

31) Considerando-se o Decreto nº 70.235/1972, são definitivas as decisões:

I. De primeira instância esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.
II. De segunda instância de que não caiba recurso ou, se cabível, quando decorrido o prazo sem sua interposição.
III. De instância especial.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item I.
b) Somente os itens I e II.
c) Somente os itens I e III.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

---

32) Segundo CAVALHEIRO e FLORES, sobre ao controle da Administração Pública, analisar a sentença abaixo:

Na administração Pública, a função do controle é exercida em decorrência de diversas imposições constitucionais (1ª parte). *O controle externo é aquele exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas* (2ª parte). *O controle interno municipal é aquele exercido pelos Poderes Executivo e Legislativo* (3ª parte).

A sentença está:

a) Totalmente correta.
b) Correta somente em sua 1ª parte.
c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.
e) Totalmente incorreta.

33) Em relação ao controle externo, assinalar a alternativa CORRETA:

I. Tem por objetivo avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária de cada entidade.
II. O Poder Executivo é responsável pela elaboração e encaminhamento da prestação de contas geral do exercício ao Legislativo.
III. O Poder Executivo presta contas mensalmente ao Poder Legislativo.
IV. O controle externo é exercido pelo Poder Executivo, através da fiscalização contábil e financeira de uma determinada entidade pública.

Está CORRETO:

a) Somente o item I.
b) Somente o item II.
c) Somente o item III.
d) Somente o item IV.
e) Nenhum dos itens.

---

34) Sobre o direito tributário, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

( ) As taxas são tributos cujo fato gerador é configurado por uma atuação estatal específica, referível ao contribuinte.
( ) Se o fato gerador do imposto não é um ato do Estado, ele deve configurar uma situação à qual o contribuinte se vincula. O legislador deve escolher determinadas situações materiais (por exemplo, aquisição de renda) que evidenciem a capacidade contributiva, tipificando-as como fatos geradores da obrigação tributária. As pessoas que se vinculam a essas situações (por exemplo, as que adquirem renda) assumem o dever jurídico de pagar o imposto em favor do Estado.
( ) A contribuição de melhoria não é um tributo, mas sim uma contribuição tributária.

a) C - C - C.
b) E - C - C.
c) C - C - E.
d) C - E - E.
e) C - E - C.

---

35) Analisar a sentença abaixo:

A competência tributária é a aptidão para criar tributos e, segundo o Código Tributário Nacional, é competência privativa da União (1ª parte). *A Constituição Federal não cria tributos, ela outorga competência tributária* (2ª parte). *A competência tributária é delegável, inclusive a atribuição das funções de arrecadar e/ou fiscalizar tributos* (3ª parte).

A sentença está:

a) Totalmente correta.
b) Correta somente em sua 2ª parte.
c) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.
e) Totalmente incorreta.

36) Assim como outros princípios tributários, a anterioridade tributária configura-se como garantia assegurada ao contribuinte, como direito fundamental do cidadão, revestindo-se da qualidade de cláusula pétrea da Constituição Federal. Respeitadas as exceções, tem-se que o princípio da anterioridade tributária é aquele que estabelece que:

a) Não haverá cobrança de tributo no mesmo exercício fiscal da lei que o instituiu.
b) Haverá cobrança de tributo no mesmo exercício fiscal da lei que o instituiu, desde o mês subsequente.
c) Poderá haver cobrança de tributo no mesmo exercício fiscal da lei que o instituiu, a partir do dia posterior à divulgação da lei.
d) Um tributo somente poderá ser cobrado pelo fisco a partir do segundo ano seguinte àquele em que a lei que o criou fora promulgada.
e) Um tributo só poderá ser cobrado pelo fisco no segundo mês seguinte àquele em que a lei que o criou fora promulgada.

---

37) As imunidades tributárias consistem exatamente na exclusão da competência tributária. Sobre o tema, assinalar a alternativa INCORRETA:

a) As igrejas não recolhem Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).
b) Configuram-se como limitações constitucionais ao poder de tributar.
c) É uma barreira instituída por um dispositivo da Constituição Federal, que veda a incidência de tributação sobre determinado fato, determinada pessoa e/ou determinada categoria de pessoas.
d) Instituir imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos é uma permissão constitucional de exceção no campo da imunidade tributária.
e) Está prevista a imunidade dos jornais, livros, periódicos e o papel destinado à sua impressão, em relação aos impostos.

---

38) Em relação ao direito tributário, analisar os itens abaixo:

I. A Constituição veda a utilização de base de cálculo própria de impostos para a exigência de taxas.
II. A Contribuição de Melhoria é decorrente de obras públicas.
III. A Contribuição de Melhoria é uma espécie de tributo.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Somente o item I.
b) Somente os itens I e II.
c) Somente os itens I e III.
d) Somente os itens II e III.
e) Todos os itens.

39) Considerando-se a capitalização composta, qual a taxa anual equivalente à taxa de 5% ao semestre?

a) 10%
b) 10,10%
c) 10,15%
d) 10,25%
e) 11,15%

---

40) Uma duplicata no valor de R$ 3.000,00 será descontada 2 meses antes do seu vencimento à taxa mensal de 4%. Sendo assim, pode-se afirmar que o valor total do desconto bancário simples será:

a) R$ 240,00
b) R$ 250,00
c) R$ 260,00
d) R$ 270,00
e) R$ 280,00